

OS IMPACTOS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCACIONAL PÚBLICO EM MARABÁ-PARÁ¹

Kalel Max Mota

Bacharel em Direito.

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – kalel.mota@gmail.com

Thayane Carvalho de Faria

Estudante de Especialização em Políticas de Igualdade Racial na Escola, e graduada em Pedagogia.

Universidade Federal do Pará/ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – thayane92carvalho@gmail.com

RESUMO

As disparidades na oferta de serviços públicos evidenciam as desigualdades sociais derivadas de políticas públicas excludentes. O crescimento populacional nas áreas urbanas, aliado à ausência de legislações específicas para ocupação do solo de forma democrática e igualitária, facilitou a formação de espaços desiguais dentro das cidades, como é o caso do município de Marabá, no sudeste do Pará. Este escrito, pretende demonstrar como as desigualdades socioespaciais entre áreas centrais e periféricas podem impactar a oferta do serviço educacional público, para isso parte de levantamento bibliográfico para analisar quantitativamente o desempenho dos alunos do 5º ano de (6) seis escolas marabaenses avaliados pela Prova Brasil 2015. Oportunamente é demonstrado os prejuízos da exclusão social e geográfica da população periférica marabaense, que fica marginalizada e desservida de políticas públicas de qualidade.

Palavras-chave: Serviços Públicos. Desigualdades socioespaciais. Marabá.

1 Introdução

A desigualdade social, sendo um fruto de políticas excludentes, tem sido cada vez mais notável no Brasil. Nos territórios urbanos, aonde se encontram a maior parte da população nacional, esta desigualdade é evidenciada através da disparidade na oferta de serviços públicos entre os centros urbanos, onde se concentraram boa parte dos serviços públicos essenciais, e áreas periféricas, onde estes são fornecidos de maneira insuficiente.

Sabendo que a oferta igualitária do ensino escolar se trata de uma política pública, viu-se a necessidade de um estudo para verificar a ocorrência da desigualdade no fornecimento da educação escolar por conta da localização das escolas, tomando para análise a situação estabelecida na cidade de Marabá, sudeste do estado do Pará, esta que historicamente foi marcada por grandes fluxos migratórios e por um processo de urbanização desregulado.

Para isso, os caminhos metodológicos partiram de estudos teóricos sobre as questões que envolvem os processos de urbanização vivenciados no Brasil frente ao constante aumento populacional (FERNANDES, 2001), e como esses processos impactaram na formação de periferias e na consagração de espaços desiguais dentro das cidades (PEQUENO, 2008), assim como estudo a respeito das desigualdades educacionais entre escolas centrais e periféricas (TORRES et al. 2006) e

¹ A presente pesquisa foi idealizada a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de MOTA, Kalel Max, apresentado em 2016 e intitulado de “Direito à moradia enquanto direito fundamental social e a problemática de sua eficácia”, componente curricular do curso de Direito, ministrado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

sobre a produção do espaço urbano da cidade de Marabá-Pará e suas desigualdades socioespaciais, que tomou por base o teórico Souza (2015).

Objetivando realizar uma análise quantiqualitativa, foram selecionadas 6 (seis) escolas a partir dos índices de desempenho dos alunos do 5º ano que foram avaliados pela Prova Brasil (avaliação realizada pelo INEP²). Escolheu-se as três escolas que tiveram as mais altas médias de desempenho de seus alunos, e as três com as mais baixas performances dentro do território urbano de Marabá. Procurou-se, através da disparidade encontrada, verificar em que medida a localização das escolas está interferindo na qualidade do serviço educacional prestado.

2 Desenvolvimento

O crescimento populacional das últimas décadas, ocorrido principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, é o responsável por mudanças significativas nos mais variados setores da vida social. No entanto, não fora apenas a população que cresceu, avanços tecnológicos e a globalização crescente dos espaços locais, associados à uma política voltada para economia de mercado, têm sido responsáveis pelo alto nível de desigualdade social. (FERNANDES, 2001).

Diante de uma taxa de crescimento populacional acentuada, diversas complexidades sociais também surgem, uma delas é a questão dos espaços urbanos, já que dados do IBGE demonstram que grande parte das populações se encontram nas cidades - 85,6% dos 65,3 milhões domicílios existentes no território nacional estão localizados em áreas urbanas (IBGE, 2014). Esse fenômeno de urbanização intensa, ocorrido ao longo do século XX, se justifica facilmente, já que foram nos centros urbanos que se concentraram boa parte dos serviços públicos essenciais (PEQUENO, 2008).

Ocorre que a ocupação do solo nas cidades se deu de forma desregulada, sem que houvesse, por parte do poder público, a implantação de políticas de planejamento urbano e ocupação do solo, como exemplo disso, o Estatuto da Cidade (Lei 10.251) – principal sistema legal que disciplina o uso e ocupação do solo urbano – foi promulgado apenas no ano de 2001.

Em análise ao caso da cidade de Marabá-Pará, desde sua fundação, em 1913, esta vivenciou fluxos migratórios derivados de grandes projetos exploratórios, fato que se tornou um facilitador de uma urbanização dispersa, fundada na especulação imobiliária, culminando na produção de uma cidade desigual, evidente através das desigualdades socioespaciais (SOUZA, 2015, p.5).

Como efeito, diante da lacuna legislativa e ausência de diretrizes de uso e ocupação do solo de forma democrática e igualitária, o espaço urbano tem sido (des)configurado de forma completamente desordenada, marcado pela disparidade socioeconômica e exclusão social de

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

determinados grupos sociais, principalmente os mais pobres, que são induzidos a ocuparem os espaços mais periféricos das cidades por conta do baixo custo, ou, em muitas ocasiões, ocupando espaços de forma irregular, cujas características envolvem construções precárias e improvisadas, com pouco acesso, ou nenhum acesso a serviços públicos, como saneamento básico, condições salubres, transporte público regular, atendimento médico adequado e escolas (PEQUENO, 2008).

Por tanto, é certo que o espaço influencia na forma como as pessoas que nele vivem se relacionam com os demais âmbitos da vida social e se inter-relacionam. Um espaço precário torna precárias as relações nele estabelecidas, o que evidencia a desigualdade na qualidade dos serviços prestados em áreas centrais e periféricas.

Nesta perspectiva, viu-se a necessidade de discutir sobre como este fenômeno excludente se manifesta através da disparidade no serviço educacional oferecido no município de Marabá, buscando verificar em que medida a qualidade do serviço educacional público prestado pelo município é afetado pela localização das escolas. Para isto, foram selecionadas 6 (seis) escolas a partir dos índices de desempenho dos alunos do 5º ano (último ano das séries iniciais do ensino fundamental) que foram avaliados pela Prova Brasil 2015 (avaliação nacional realizada pelo Inep que tem o objetivo de verificar qualidade no ensino ministrado nas escolas públicas).

As escolas selecionadas foram as três que tiveram as mais altas médias de desempenho de seus alunos, e as três com as mais baixas performances dentro do território urbano de Marabá. Tais dados são expostos na tabela abaixo que conta também com a descrição do nível sócio econômico das instituições (classificação feita pelo Inep) e o núcleo urbano em que estas se localizam.

ESCOLA		Nível Sócio Econômico	Média em Português	Média em Matemática	Núcleo Urbano
E 1	EMEF Profº Raimundinho	Médio	209.72	217.50	Cidade Nova
E 2	EMEF Pedro Cavalcante	Médio	199.67	212.50	Nova Marabá
E 3	EMEF Profª Doralice Vieira	Médio Alto	198.14	204.58	Cidade Nova
E 4	EMEF Manoel Cordeiro Neto	Médio baixo	180.60	185.06	São Félix
E 5	EMEF Jose Alves de Carvalho	Médio baixo	161.96	177.02	Cidade Nova
E 6	EMEF Rui Barbosa	Baixo	160.97	176.21	Morada Nova

Fonte: Resultados Finais Prova Brasil 2015–Dependência administrativa municipal de Marabá.

3 Resultados e discussões

A cidade de Marabá se situa entre dois rios, Itacaiúnas e Tocantins, e atualmente se apresenta dividida em cinco núcleos urbanos (Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova). Segundo Souza (2015, p. 95) “esta organização urbana em diversos núcleos é um reflexo dos momentos econômicos vivenciados em Marabá ao longo de sua história”. Como grande parte dos municípios amazônicos, Marabá vivenciou períodos de exploração que ocasionaram fenômenos de migração e que delineou a formação e expansão do município.

A configuração atual foi definida há poucos anos, em 2009, após a integração formal dos núcleos São Félix e Morada Nova ao setor urbano. Porém, a referida integração não ocorreu de forma concreta, pois os dois novos núcleos se encontram segregados das partes centrais da cidade (Cidade Nova, Nova Marabá e Marabá Pioneira), acarretando reduzida oferta de trabalho, comércio e serviço (PMM, 2011, p. 182 apud SOUZA, 2015, p. 172).

Um agravante para esta segregação é o fato de a única ligação dos núcleos São Félix e Morada Nova com os demais núcleos ser a Ponte do Rio Tocantins. Esta realidade prejudica os moradores que precisam se deslocar à outra margem do rio quando necessitam de certos serviços não disponibilizados nas localidades que residem (SOUZA, 2015, p. 216).

Esta segregação pode ser percebida de maneira quantitativa através dos dados a respeito da qualidade no serviço educacional. Duas entre as três escolas com mais baixos rendimentos se encontram na parte mais afastada da cidade (E4 em São Félix e E6 em Morada Nova)³, enquanto as três escolas melhores colocadas pertencem a núcleos já estruturados e consolidados da cidade.

Segundo Souza (2015), as famílias de Morada Nova nem sempre conseguem vagas nas escolas dos bairros próximos, o que faz com que o estudante tenha que se deslocar para escolas de outras localidades, principalmente as de São Félix, núcleo mais próximo, acarretando superlotação nas escolas destes núcleos. Diante da dificuldade na oferta do serviço escolar, se criou em algumas escolas o “turno intermediário”, o que fez com que as escolas passassem a funcionar em quatro turnos de aulas para poder atender ao grande número de matrículas.

Baseando-se em Torres et al (2006, p.12), pode-se afirmar que este tipo de modalidade é comum em escolas de periferias. As dinâmicas de crescimento populacional nestas regiões permitem esta especificidade, mesmo que perceptivelmente prejudique o tempo de permanência dos alunos na escola, evidenciando uma disparidade quanto ao serviço prestado em áreas centrais.

³ No que tange à Escola E5 (José Alves Carvalho), localizada no Centro Urbano da Cidade Nova, cumpre ressaltar que esta escola está localizada no Bairro Independência, que fica afastado do centro da Cidade Nova. Esta localidade apresenta escassez de saneamento básico, limpeza urbana, e é socialmente marginalizada, além de sofrer com cheias por estar às margens do rio Itacaiúnas. Sendo assim, atende certas características que lhe conferem título de área periférica.

Além da escassez de escolas nas localidades menos favorecidas, outro agravante é a concorrência entre as famílias pela matrícula em instituições com melhores reputações, o que faz com que certas escolas, as de maior prestígio na cidade, recebam alunos de diversos bairros, mesmo que para isto certos alunos tenham que realizar grandes deslocamentos diariamente.

A grande demanda na procura às escolas mais bem vistas socialmente faz com que estas realizem a seleção dos alunos com melhores desempenhos para ingressarem em seus corpos discentes. Assim sendo, escolas de menor prestígio social, normalmente encontradas em bairros mais periféricos, concentram alunos com menores rendimentos escolares (ÉRNICA, 2013, p. 525).

Estas desvantagens não significam que os estudantes dos bairros periféricos terão sempre desempenho inferior, mas que estão em desigualdade, o que contrasta com as diretrizes da política urbana consagrada no Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/01), que prevê a oferta de serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (art. 2º, V) e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização (art. 2º, IX).

Sem dúvidas o estigma que certas escolas trazem por conta da sua geografia pode afetar na qualidade do ensino, mas isso não é fator determinante. Outros elementos devem ser considerados na avaliação do desempenho de uma escola, tais como a formação do corpo docente e gestores, os materiais didáticos disponíveis e a infraestrutura. Porém, cabe ressaltar que até mesmo estes elementos são afetados pela localização da instituição.

Tanto o é que Torres et al. (2006, p. 13) demonstram que profissionais da educação que ingressam no mercado via concurso público tendem a escolherem escolas melhores localizadas e socialmente vistas como mais seguras para desempenharem seus trabalhos, restando às escolas de periferia os profissionais contratados temporariamente. Logo, nestas escolas há maior rotatividade de profissionais, o que dificulta a execução de projetos e propostas escolares de longo prazo.

Fator a ser dado destaque é a definição socioeconômica das escolas analisadas. As três escolas com mais baixos rendimentos também foram aquelas que se enquadraram nos mais baixos níveis socioeconômicos, estas que estão localizadas em centros urbanos mais afastados. Já as que se destacaram com boas performances foram as que possuem níveis socioeconômicos superiores⁴, estas que estão melhores inseridas na dinâmica urbana.

A situação acima descrita exemplifica a fala de Torres et al. (2006, p. 4) que afirmam que o aspecto socioeconômico “ se confunde com a própria localização da escola, uma vez que escolas [...] com baixo nível socioeconômico são normalmente localizadas em áreas com elevadas

⁴ Não houveram escolas participantes da Prova Brasil na cidade de Marabá que tenham sido classificadas em nível sócio econômico acima de Médio Alto.

concentrações de população de baixa renda”.

4 Conclusão

A presente pesquisa buscou estabelecer um paralelo entre a precarização do ensino com a localização das escolas diante do contexto de segregação socioespacial vivenciada na cidade de Marabá-Pará, demonstrando como as condições de vida nos bairros periféricos influenciam na qualidade do serviço educacional oferecido aos alunos que ali vivem e estudam, tendo por dado principal os índices de desempenho dos alunos do 5º ano (último ano das séries iniciais do ensino fundamental) que foram avaliados pela Prova Brasil.

A cidade de Marabá, que vivenciou desde a sua fundação diversos fluxos migratórios impulsionados pelos ciclos de exploração econômica, passou por um processo de urbanização desregulado em virtude da ausência de legislações específicas e diretrizes de uso e ocupação do solo de forma democrática e igualitária, levando a uma configuração excludente, marcada pela especulação imobiliária das áreas centrais e concentração dos pobres nas áreas marginalizadas, desservidos de serviços públicos de qualidade.

5 Referências

ÉRNICA, Maurício. Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 18, n. 54, p. 523-550, jul.-set. 2013.

FERNANDES, Edésio. Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil: Uma Introdução In: Fernandes. FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

INEP-Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados Finais Prova Brasil 2015**: Município de Marabá-Pará. Dependência administrativa municipal. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras**: transformações e tendências. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 12, p. 31, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3161182>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SOUZA, Marcos Vinicius Mariano de. **O projeto Alpa e a produção do espaço urbano em Marabá (PA)**: a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 2015. 324 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

TORRES, H. et al. Educação na Periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais?. In: Ribeiro. L.C.Q., e Kaztman, R.. (Org.). **A cidade contra a escola**: segregação

urbana e desigualdades educacionais. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letracapital, 2008, v., p. 59-90.